

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

A hora de endurecer
sem perder a ternura

Cada confronto, como o do IPMF na semana passada na Câmara, o dos bancos estaduais hoje no Conselho Monetário Nacional e o dos cortes no Orçamento e dos salários esta semana em várias frentes de combate, é uma prova de fogo para o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Ele está tentando cruzar pacientemente a fronteira que separa esta fase de negociação e busca de acordos de uma nova etapa de ação mais concreta no combate à inflação.

Até o momento, Fernando Henrique tem colecionado o que o ex-ministro João Sayad chamou, no jantar-homenagem de sábado, em São Paulo, de apoios afetivos. É ampla a corrente de solidariedade ao ministro da Fazenda na sociedade, principalmente nos setores empresariais, movida pela angústia de que dessa vez tem que dar certo, e espremida pelo pavor de que, não dando, aconteça o pior dos mundos previsto nos roteiros de instabilidade econômica ou política.

Para dar certo, entretanto, o ministro precisa mais do que de apoio afetivo da sociedade. Precisa de apoio político para as suas medidas no Congresso, nos partidos e entre os governadores que governam uns e outros. É por isso que Fernando Henrique se entrega há duas semanas à desgastante negociação com todas essas partes.

É uma negociação como a de uma arena de touradas. O abate demostra para cansar o touro ou dar mais brilho ao espetáculo. Mas o touro tem que ser derrotado. As outras saídas são desastrosas: o toureiro é atropelado na arena, ou foge em pânico, derrotado.

Será agora, em três duelos do ministro, que se medirá, além dos índices de popularidade e de manifestações do coração, a possibilidade de êxito de sua missão. O seu futuro está jogado nos cortes do Orçamento, na negociação das dívidas dos estados e na nova política salarial. É a etapa de curto prazo do seu calvário. A outra, de médio e longo prazos, será o purgatório da revisão constitucional.

No curto prazo, há um cardápio variado de ossos duros de roer. A começar pelos governadores. O imperativo de moralizar a gestão dos bancos estaduais já os deixa acuados. Mesmo que não se chegue a uma fórmula que ponha fim à promiscuidade entre bancos estaduais e governadores, a simples discussão desse assunto, proposta por Fernando Henrique, resolveu boa parte dos problemas. Moralmente, os governadores já estão impedidos

de meter a mão nos cofres dos seus bancos, sob pena não só de abrir rombo na contabilidade estadual, mas também de sujar de lama a sua própria reputação. A etapa seguinte será a de normalizar o fluxo de pagamento das dívidas que eles ou seus antecessores fizeram junto à União.

Os cortes no Orçamento, que até agora provocaram apenas a choradeira de deputados e senadores, exporão a qualquer hora a vaidade e ambição dos outros ministros. Tanto neste caso como no do confronto com os governadores, Fernando Henrique esticará a corda ao máximo. Se não chegar a um acordo, terá que falar duro. Será o momento da briga decisiva, a hora em que terá que endurecer, sem perder a sua ternura de negociador nato.

A esta altura, diante da falta de boa vontade de alguns grupos, não se tenha dúvidas de que o êxito de Fernando Henrique está mais na sua capacidade de dizer não do que na de articular divergências até encontrar um difícil denominador comum. É uma volta muito grande para, em alguns casos, acabar dando razão ao governador Antônio Carlos Magalhães, para quem o ministro conversa muito e faz pouco. Com outras palavras, o ex-ministro Luís Carlos Brésler Pereira, tucano como Fernando Henrique, diz algo semelhante. Segundo ele, o ministro da Fazenda tem que ter apoio da sociedade e ao mesmo tempo coragem de enfrentá-la e contrariá-la. É nesta corda bamba da conciliação quase impossível que patina, no momento, Fernando Henrique.

No caso dos salários, o melhor caminho ainda é sentar e conversar. Ontem, no final da tarde, o presidente Itamar Franco deu uma demonstração de que está interessado em encontrar uma fórmula de consenso, antes de o Senado votar o projeto já aprovado pela Câmara de concessão de reajuste mensal. Incluiu o PT no fórum de discussão dos salários, marcado para amanhã, no Palácio do Planalto.

O primeiro passo dessa discussão, entretanto, é aparar as divergências internas do governo. Foi para isso que se reuniram ontem à noite o ministro Fernando Henrique, o seu mais novo desafeto, líder Roberto Freire, o líder que terá que pegar o touro a unha no Senado, Pedro Simon, e o ministro que pagará uma parte da conta, Antônio Britto, da Previdência Social. Mas dessa preliminar só poderiam sair duas coisas: ou faísca ou perdas para o bolso do trabalhador. O jogo principal começa amanhã.